

Mapeamento das políticas públicas para as artes visuais no Pará

Mapping public policies for visual arts in the state of Pará

Ananda Beatriz Rodrigues Marques¹

Danilo Nazareno Azevedo Baraúna²

Gabriela Andrietta³

Resumo: Neste artigo objetivamos analisar a promoção das artes visuais no estado do Pará (Brasil) implementada por meio de políticas públicas para a cultura entre os anos de 2005 e 2015. Para isso, realizamos um mapeamento dessas ações a partir de documentos como os Planos Plurianuais do Governo do Estado do Pará e informações coletadas dos websites da Prefeitura Municipal de Belém. A descrição e análise desse mapeamento foi realizada em diálogo com uma revisão de literatura referente às três gerações de políticas públicas na área da cultura: 1) formação de identidade e preservação do patrimônio; 2) intervenção e regulação econômica; 3) produção e difusão cultural. Por fim, identificamos que no estado do Pará a difusão da cultura consagrada ainda é priorizada em detrimento das políticas que proporcionem instrumentos para práticas culturais autônomas, abarcando políticas públicas governamentais neoliberais e indicando a ausência de ações mais sistemáticas de fomento a minorias sociais.

Palavras-chave: Políticas públicas; Artes Visuais; Pará; Amazônia

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Professora da Universidade Estadual do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2151938609072234>

² Mestre em Meios e Processos Audiovisuais pela USP com período sanduíche na University of Glasgow. Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária pela UEPA. Bacharel e Licenciado em Artes Visuais pela UFPA. Pesquisa Videoarte e convergências entre arte, ciência e tecnologia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5955270468814327>

³ Mestranda do programa de pós-graduação em Estudos Culturais da EACH - USP com pesquisa em políticas públicas para o cinema. Bacharel em Relações Internacionais - Faculdades de Campinas (2012). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8686469569141133>

Abstract: This work aims to analyse the promotion of visual arts in the state of Pará (Brazil) implemented by public policies to culture between 2005 and 2015. We present a mapping about governamental actions, from a survey and analysis of documents such as Pluriannual Plans of the Government of the State of Pará and information from the official website of the prefecture of Belém. The description and analysis of this mapping was based in a literature review about three generation of public policies to culture: 1) identity formation and preservation of the patrimony; 2) intervention and economic regulation; 3) production and cultural diffusion. We identified that in the State of Para the diffusion of consecrated culture is still prioritized instead of policies that guarantee autonomous cultural practices, beyond the presence of neoliberal public policies and indicating the absence of systematic actions for the cultural development of social minorities.

Keywords: Public Policies; Visual Arts; Para; Amazon

1. Introdução

O presente trabalho visa apresentar e analisar o mapeamento das políticas públicas culturais desenvolvidas no estado do Pará no período de 2005 a 2015, especificamente no que concerne às políticas relacionadas à promoção das artes visuais. A análise deste mapeamento está inserida em um contexto de expansão e consolidação de políticas culturais no Brasil, processo este que tem por fundamentação o acesso à direitos culturais, previsto na Constituição de 1988 e que se torna, ao longo da primeira década do século XXI, importante ponto de pauta na agenda de políticas públicas. O principal foco do artigo é a mobilização de recursos (materiais e políticos) para a realização de políticas públicas culturais, fomentadas por instituições públicas nas três esferas federativas: municipal, estadual e federal.

O mapeamento realizado diz respeito à investigação sobre como as instituições públicas, nas esferas municipal, estadual e federal, fomentam a promoção das artes visuais no estado do Pará, esta investigação se deu por meio da análise documental e apresenta uma importante contribuição para os estudos de políticas culturais, especialmente, na região norte do país.

Estas políticas culturais promovidas por instituições públicas têm fundamento na previsão constitucional do acesso à cultura como direito e do dever

do Estado brasileiro em proteger e promover a conservação do patrimônio cultural do país. O direito à cultura é um direito fundamental de terceira geração; os direitos fundamentais são divididos historicamente em três gerações, cumulativos e interativos. Os de primeira geração dizem respeito à garantia fundamental da liberdade, através dos direitos civis e políticos. Os de segunda asseguram o princípio da igualdade, a partir dos direitos econômicos, sociais e culturais. Já os de terceira geração são caracterizados pela coletividade, pois se baseiam no princípio da fraternidade (Santos, 1989). Deste modo, o acesso à cultura se torna objeto de políticas públicas a partir do entendimento de que é dever do Estado brasileiro promover e garantir direitos culturais aos seus cidadãos.

O ponto de partida é, portanto, a atuação do Estado no que concerne à promoção do direito à cultura através de políticas públicas culturais. Para se compreender a análise realizada, é necessário estabelecer demarcadores conceituais, pois as definições teóricas utilizadas têm relação direta com a coleta e tratamento dos dados. A começar pela definição de políticas públicas, que não é consenso na literatura, como aponta Celina Souza (2003, p.24):

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

As definições apresentadas por Souza (2003), estão todas relacionadas à ideia de políticas públicas como decisões governamentais que resultam na ação ou omissão públicas, ou seja, estão relacionadas à atuação do Estado a respeito dos assuntos públicos (e sociais), deste modo, existem interesses e benefícios individuais e coletivos envolvidos. Para Saravia (2006, p. 29) políticas públicas

podem ser compreendidas como “um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinada a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos”.

Lowi (1972) define uma tipologia para políticas públicas a partir das arenas políticas que são mobilizadas para a realização (ou não) de uma determinada política, ele define quatro tipos de políticas:

- a) distributivas, que mobilizam recursos do todo para benefício de um segmento específico;
- b) redistributivas, que mobilizam recursos de um segmento específico para benefício de outro segmento específico;
- c) regulatórias, que visam regular as ações de grupos específicos em prol de benefícios difusos
- d) constitucionais, que estruturam as atividades do todo em função de benefícios coletivos.

Wilson (1989) apresenta uma outra tipologia, mas que segue princípios semelhantes à de Lowi: quatro tipos de políticas públicas definidas a partir da interpretação dos custos e benefícios como difusos ou concentrados: grupos de interesse, clientelista, empreendedora e majoritária.

Compreende-se que a mobilização de recursos políticos para o estabelecimento de políticas públicas culturais é resultado de um debate público e de um longo processo, que intensificou-se nas conferências da Unesco, nos anos 1970, com a elaboração da distinção entre as políticas de democratização da cultura, cujo objetivo é a ampliação do acesso às atividades e aos produtos da cultura da elite, das políticas de democracia cultural, que valorizam e apoiam as práticas culturais populares.

Por caracterizarem-se pelo acesso igualitário da alta cultura, as práticas de democratização da cultura são entendidas como elitistas, pois impõem um determinado consumo cultural, ou seja, culminam na difusão da cultura hegemônica. Em oposição a esse modelo, a democracia participativa consolida que não há apenas uma cultura hegemônica; todas as práticas devem ser consideradas

e os grupos sociais devem receber os instrumentos necessários para que realizem suas atividades culturais de forma autônoma e participativa.

Assim, políticas culturais, usualmente, estão associadas à distribuição ou mobilização de recursos públicos para a promoção da cultura, em seus mais diversos aspectos, principalmente, material ou imaterial. Neste estudo, são analisadas as ações de incentivo à produção e difusão das artes visuais no estado do Pará, com foco na capital Belém, entre os anos de 2005 e 2015, pela perspectiva dos objetivos de políticas públicas (*public policy*), mais especificamente as práticas de incentivo à produção e difusão cultural, com o objetivo de evidenciar alguns dos resultados quantitativos e qualitativos referentes a essas ações.

Ressaltamos que ao falarmos de artes visuais tomamos como delimitação aquelas manifestações que majoritariamente se caracterizam por produções ligadas às tradicionais linguagens de produção artística, tais como o desenho, a pintura, a escultura, a cerâmica, e os meios contemporâneos como o vídeo, arte digital, e incluindo o cinema e o artesanato local.

Ao pensarmos as políticas públicas como ações de continuidade que se desenvolvem ao longo dos anos, decidimos apontar neste texto as ações que se perpetuaram em um planejamento de atuação de, pelo menos, três anos, dados os recortes quadrianuais realizados por projetos de pesquisa, extensão e planejamentos e relatórios de avaliação públicos. Para isso, utilizamos como materiais de análise os Planejamentos e Relatórios de Avaliação Plurianuais (2007-2016) do Governo do Estado do Pará disponibilizados no *website* da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, os documentos de Leis como a Semear e a Tó Teixeira e os editais lançados em instâncias municipais, estaduais, federais e instituições privadas locais.

O trabalho está dividido em quatro seções: a presente introdução, que visa demarcar os conceitos teóricos que são ponto de partida da discussão; um primeiro tópico “Políticas Culturais no Brasil” que disserta sobre o histórico das políticas públicas voltadas para a cultura no país, desde os anos de 1930 aos dias atuais; o segundo tópico “Mapeamento das Políticas Públicas para Artes Visuais no estado do Pará”, que apresenta os resultados da análise documental realizada e por fim, a conclusão.

2. Políticas Culturais no Brasil

Para situar as políticas culturais mapeadas no Pará, é importante retomar o histórico das políticas culturais no Brasil e quais as circunstâncias que levaram o Estado a adotar políticas para o setor. Na literatura, há duas concepções divergentes em relação às primeiras políticas culturais implementadas. Embora haja autores que façam um balanço desde as ações durante o Segundo Império, como o escritor amazonense Márcio de Souza, outra corrente de autores pontua as primeiras políticas culturais a partir da década de 1930, cujas políticas públicas incluíram ações “conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas” para a cultura.⁴ Além de situar as políticas culturais a partir da década de 1930, Rubim observa três tristes tradições na política cultural brasileira: ausência, autoritarismo e instabilidade. A ausência é decorrente do fato dessas políticas culturais terem ocorrido de forma tardia, além de terem avançado apenas em períodos autoritários e terem sempre sido marcadas por uma descontinuidade (Rubim, 2007).

Essas tradições são confirmadas pela periodização das políticas culturais feitas por Lia Calabre. Segundo a autora, as políticas culturais estruturam-se, primeiramente, na Era Vargas, entre 1930 a 1945, com caráter populista e com um forte apelo nacional (Calabre, 2009). A partir da Revolução de 1930, inauguram-se as políticas culturais no Brasil, com “rupturas e continuidades controladas”, com a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, tendo como figura central o ministro Gustavo Capanema, que atuou de 1934 a 1945. Outro momento crucial foi a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) (Calabre, 2009; Rubim, 2007).

Embora o governo autoritário de Vargas tenha possibilitado a formação da infraestrutura político cultural, no momento democrático posterior, de 1945 a 1964, não houve grandes esforços do governo nas políticas culturais. No entanto,

⁴ Para Antonio Albino Canelas Rubim, inaugurar as políticas públicas a partir do Brasil Colônia, do Segundo Império ou na República Velha (1889-1930) implica em situá-las no tempo colonial, permeado pelo rígido controle da monarquia portuguesa e pela negação da cultura indígena e negra.

com o golpe militar, em 1964, a associação entre as políticas culturais e autoritarismo foi retomada, uma vez que a principal característica desse regime foi uma política fortemente vinculada à cultura nacional. Entre 1974 a 1985, houve a reformulação da estrutura pública, o que contribuiu para a institucionalização da cultura. Essas políticas tiveram um tratamento sistemático e ocorreram no âmbito da identidade e patrimônio; indústria cultural e difusão cultural (Calabre, 2009).

Com o fim do regime militar, foi criado o Ministério da Cultura, em 1985, no governo de José Sarney (1985-1990), com Celso Furtado como ministro. A criação do Ministério da Cultura - MINC foi uma tentativa de reconstrução de uma esfera pública aberta no país. Além dessa iniciativa, com a promulgação da nova constituição, foi legitimado o direito ao acesso à cultura e à diversidade cultural brasileira. Um mecanismo importante nesse período foi a criação da Lei Sarney - Lei 7.505/86, na qual, ao invés do financiamento direto, os recursos são buscados no mercado por meio de renúncia fiscal. Esse mecanismo buscava atrair investimentos privados para o campo da cultura (Calabre, 2009; Moises, 2001; Rubim, 2007).

No entanto, em 1990, Collor, em sua empreitada neoliberal, praticamente desmonta a área da cultura no plano federal e reduz o Ministério da Cultura a secretaria e extingue vários órgãos, como a Funarte, Embrafilme, Pró-Memória, Fundação e Concine. Nesse período, Sérgio Rouanet, mais sensível às questões da cultura, substitui a Lei Sarney pela Lei Rouanet - Lei 8.313/91, que gera um novo impulso às produções culturais. Essa lei de incentivo prevê três mecanismos: patrocínio ou doação (mecenato), que é o recurso mais utilizado; o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). Em 1992, Itamar Franco recria o Ministério da Cultura e órgãos como a Funarte e o IPHAN. Em 1993, é criada a Lei do Audiovisual - Lei 8.685/93, cujo objetivo é impulsionar uma área que passou por dificuldades desde o fechamento da Embrafilme (Calabre, 2009).

Pelo quadro abaixo, fica claro que as principais políticas no âmbito da cultura ocorreram em períodos autoritários. Além disso, instituições e políticas criadas por determinados governos foram abolidas e extintas posteriormente, sem que houvesse um planejamento para a continuidade das políticas culturais.

Quadro 1: Histórico da políticas culturais no Brasil

HISTÓRICO DA POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL		
Era Vargas	1930-1945	Implantação do Ministério da Educação e Saúde (1930)
		Passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938)
Período democrático	1945 - 1964	Não houve grandes esforços do governo nas políticas culturais
Golpe militar de 1964		Fomento às políticas culturais no âmbito da identidade e patrimônio; indústria cultural e difusão cultural
Fim da ditadura/ Governo José Sarney	1985 - 1990	Criação do MINC
		O direito ao acesso à cultura e à diversidade cultural brasileira é legitimado pela Constituição de 1988
		Lei Sarney - Lei 7.505/86, na qual, ao invés do financiamento direto, os recursos são buscados no mercado por meio de renúncia fiscal
Fernando Collor de Mello	1990 - 1992	Redução do Ministério da Cultura à secretaria
		Extinção de vários órgãos, como a Funarte, Embrafilme, Pró-Memória, Fundacem e Concine
		Lei Rouanet - Lei 8.313/91
Itamar Franco	1992	Itamar Franco recria o Ministério da Cultura e órgãos extintos no governo Collor
	1993	Lei do Audiovisual - Lei 8.685/93

Fonte: Elaborado pelos autores

Embora após o período de ditadura tenha havido um grande esforço para a ampliação do direito à cultura, com a criação do MINC e à legitimação desse direito na constituição de 1988, o presidente Collor reproduziu as tradições de ausência e instabilidade citadas por Rubim ao desmontar on setor com a extinção do MINC. Além disso, as políticas implementadas a partir de 1985 têm o mercado como elemento central, além de serem baseadas na renúncia fiscal e no poder de alocação de recursos do setor privado. Ou seja, apesar de criação de políticas para a área, a participação do Estado é cada vez menor devido ao caráter neoliberal das políticas implementadas.

3. Mapeamento das políticas públicas para as artes visuais no estado do Pará

Nesta seção apresentaremos o mapeamento de uma série de ações de políticas públicas relacionadas à promoção da produção e crítica das artes visuais no estado do Pará no âmbito municipal, a partir da Fundação Cultural de Belém (FUMBEL), estadual, por meio das ações da Secretaria de Estado de Cultura e da Secretaria de Estado de Promoção Social, e federal, sendo este último formado principalmente pelas iniciativas de pesquisa e extensão de instituições de ensino superior como a Universidade Federal do Pará. Além disso, elencaremos algumas instituições privadas que tem colaborado decisivamente para o desenvolvimento das artes Visuais no estado, como o SESC Boulevard, a Associação Fotoativa, a Universidade da Amazônia e o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos (CCBEU). Os dados aqui apresentados foram coletados a partir dos websites das instituições, onde encontramos os planos e avaliações anuais ou plurianuais com dados sistematizados referentes à atuação desses órgãos na área da cultura.

O município de Belém, capital do Estado do Pará conta com um total de 1.446.042 de habitantes, segundo estimativas do IBGE⁵ no ano de 2016. Como uma metrópole, Belém oferece uma variedade de serviços básicos ao seu cidadão, que são em parte mantidas pelo poder público nas áreas de educação, saúde, transporte, e o que nos interessa, a cultura. Nesse contexto a instituição responsável pelo fomento e regulamentação de políticas municipais para a cultura é a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) que, segundo o *website*, “é responsável pelo fomento e disseminação da arte, da cultura, do esporte e do patrimônio histórico dentro da capital paraense e, para isso, a Prefeitura Municipal de Belém dispõe de 2% do seu orçamento anual”⁶.

Dentre as iniciativas de incentivo às artes visuais da FUMBEL destacamos a Lei Tó Teixeira e dois importantes espaços culturais sob guarda da prefeitura, o Cinema Olympia e o Museu de Arte de Belém. A Lei Tó Teixeira (nº 7.850) foi

5 Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150140> Acesso em: 28/12/2016

6 Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=15&conteudo=4751> Acesso em: 28/12/2016

instituída em 17 de outubro de 1997 e a partir de 2013 teve a responsabilidade de execução dividida entre a FUMBEL e a Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL). Funciona a partir da isenção de impostos a empresas privadas para que estas garantam com esse valor o patrocínio aos projetos culturais selecionados nos editais lançados pela prefeitura.

No que se refere às artes visuais, o edital mais recente da Lei Tó Teixeira (2016) possibilita a inscrição na maioria dos eixos apresentados, sem necessariamente garantir um número mínimo de vagas para cada área artística, com exceção de alguns eixos específicos para as áreas de artes cênicas ou museus de cunho científico. Dentre essas possibilidades, visualizamos desde o fomento à realização de exposições e filmes até a possibilidade de bolsas para formação artístico-cultural de cidadãos belenenses a partir de cursos no Brasil e no exterior, ou seja, o edital trabalha principalmente no eixo da produção de arte e da formação em arte.

Como amostragem, o último edital, com resultado lançado em 2016, contemplou 172 projetos, dos quais 10 nos permitem inferir a partir do título que se referem mais especificamente à produção de artes visuais e de maneira geral se caracterizam pela produção de feiras ou festivais e realização de produtos audiovisuais como longas-metragens e videoclipes. Como podemos verificar, o número de projetos relacionados ao campo das artes visuais contemplados neste edital de incentivo fiscal é reduzido, situação essa que vem desenhada desde a implementação da Lei Tó Teixeira em 1997. O que percebemos é uma grande maioria de projetos aprovados na área de música, seja para a produção de shows e festivais ou gravação de álbuns de músicas inéditas e DVD's de shows, uma situação a ser investigada para que possamos delimitar se esse baixo número se deve a poucas inscrições na área ou à priorização de propostas de outro tipo pela comissão julgadora do edital.

Ainda no âmbito municipal, e como já citado, a prefeitura mantém dois espaços que para nós são essenciais para pensar as artes visuais no município. Primeiro, o Cinema Olympia, fundado em 24 de abril de 1912 e o mais antigo em funcionamento no Brasil, foi incorporado à prefeitura no ano de 2006 após ameaça de fechamento do grupo dono do estabelecimento e pressão da cena artística local

para a sua manutenção. Além disso, a prefeitura mantém sob sua tutela o Museu de Arte de Belém, instituído em 1991, e composto por um conjunto de obras, principalmente de pintura, denominado Iconografia Paraense, e peças de mobiliário brasileiro dos séculos XIX e XX. Também uma importante ação do museu que teve uma continuidade foi o projeto Ponte Arte que, criado em 2008, desenvolveu atividades de ensino de Arte com as crianças do Beco do Carmo (região de baixa renda do centro de Belém) a partir do acervo do Museu. No ano de 2013, a partir do Decreto nº 76.067 de 27 de março, a então gestão municipal regulamentou o Fundo Municipal de Cultura – FMC, a partir da Lei nº 8.943 – Lei Valmir Bispo Santos, com o objetivo de delimitar um financiamento constante para a promoção da cultura no Município de Belém que, no entanto, ainda encontra poucas reverberações na promoção da cena cultural local.

De maneira geral, portanto, o que vislumbramos na atuação da instância municipal de incentivo à cultura são dois polos: o primeiro refere-se aos editais de incentivo fiscal para a produção e formação em artes visuais, voltada para artistas e agentes culturais; e o segundo refere-se à manutenção de espaços públicos para a fruição de produtos de artes visuais, seja para profissionais da cultura ou para a população belenense de maneira mais ampla.

No que se refere à esfera estadual, o poder público tem instituído nos últimos anos algumas ações que se referem ao incentivo à produção e formação em artes visuais no território paraense. Até o ano de 2014, os principais órgãos responsáveis por esse campo de atuação eram a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), a Secretaria de Estado de Promoção Social e unidades como a Fundação Curro Velho, o Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM), o Instituto de Artes do Pará (IAP) e a Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN) - principalmente a partir da Galeria Theodoro Braga e do Cine Líbero Luxardo.

A partir da leitura dos Planos e Avaliações Plurianuais do Estado do Pará, foi possível mapear e identificar algumas das ações desenvolvidas referentes às artes visuais. Entre 2004 e 2007 o Governo do estado instituiu o programa denominado “Fomento à produção e difusão cultural e desportiva”, com o objetivo de “promover o desenvolvimento cultural, artístico e desportivo, com ações voltadas às experiências interativas na arte e esporte, formando novas plateias e

integrando Governo-Sociedade”⁷. Os documentos mostram ainda as ações e subações do governo para a área cultural, da qual podemos destacar o que os planos de 2007 denominam implementação de ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento do artista (com projeção de formação continuada, por meio de cursos, de 42 artistas nesse ano); implementação de Espaços Culturais (projeção de 21 espaços); implementação de um espaço para atividades artísticas na capital; outras ações planejadas foram a realização da Bienal das Artes (que, no entanto, não aparece nas avaliações, o que inviabiliza uma análise de sua efetiva realização), a promoção de grandes festivais, principalmente de música, teatro e cinema e a viabilização de experiências e pesquisas artísticas.

Já o relatório de avaliação do quadriênio 2008-2011 apresenta a área Cultura, Esporte e Lazer, em que identificamos ações voltadas para o campo das artes visuais nos programas Cultura Pará Todos, Cultura Sustentável e Preservação da Memória, Identidade e Diversidade Cultural do Estado. No primeiro programa, em 2011, foram aplicados um total de R\$44,9 milhões para ações de incentivo à cultura, esporte e lazer, inclusive no incremento à realização de atividades de educação não-formal realizadas a partir das oficinas de artes e ofícios da Fundação Curro Velho, com a elaboração nesse ano de uma cartilha sobre as técnicas, metodologias e materiais utilizados nas oficinas dessa instituição.

A Fundação Curro Velho, fundada em 1991, funciona como um espaço de formação de jovens artistas por meio do oferecimento de cursos e oficinas regulares nas diversas linguagens artísticas (artes visuais, dança, teatro, música, literatura) e, segundo o *website* da Fundação, com público formado principalmente por “estudantes de escola pública, populações de baixa renda e comunidades tradicionais - quilombolas, indígenas, e ribeirinhas, alcança um atendimento médio de 12.500 pessoas/ano”⁸. Ainda segundo o relatório nesses anos foram realizadas 363 ações de difusão, circulação e intercâmbio artístico-cultural, como festivais, mostras e exposições, aperfeiçoados 1.229 artistas e

7 Excerto retirado do Planejamento Plurianual 2004-2007, disponível no website da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará (SEPOF-PA). Disponível em: www.seplan.gov.pa.br Acesso em: 28/12/2016

8 Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/espacos-culturais/oficinas-curro-velho> Acesso em: 28/12/2016

16.780 de público em geral por meio de cursos e oficinas de acordo com os dados oficiais disponibilizados pelas avaliações, enquanto a ação denominada “Qualificação de Agentes Multiplicadores” realizou 3 cursos e 4 oficinas de formação nas diversas linguagens artísticas.

No programa Pará Sustentável o relatório apresenta 276 profissionais capacitados por meio de cursos e oficinas para o desenvolvimento autossustentável da produção de bens culturais do Pará, principalmente no que se refere a produtos de artesanato e design local. Já o terceiro programa citado apresentou um total de R\$ 1,9 milhões (19,8% do previsto) aplicados para o restauro de obras de arte, documentos e livros.

No quadriênio 2012-2015 os relatórios apresentam a área de promoção social, na qual está incluso o programa Nossa Arte, Nossa Cultura, voltando para o fomento à arte e cultura. Segundo relatório (2013a), o programa para esse quadriênio surge a partir de um problema relacionado a insuficiência de ações satisfatórias para a produção e difusão da cultura paraense. Desse modo, cinco indicadores foram elaborados para assim serem avaliados ao fim do programa, a saber: incremento de alunos capacitados na formação médio e profissional pela Fundação Carlos Gomes (com a formação de 97 alunos em 2012); incremento de artistas incentivados pela SECULT (com aumento de 239,24% em 2012); incremento de atendimento em atividades de educação não formal (com índice de atendimento de 28.301 pessoas em 2012); incremento de pessoas atendidas em eventos culturais da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (atendimento de 150.945 pessoas em 2012).

Enquanto isso, em 2015, último ano do quadriênio, o relatório plurianual (2013b) apresenta a aplicação de um total de R\$ 86.407.900,00, com 88% dos recursos destinados à região metropolitana. Neste cenário os indicadores já apresentados em 2012 sofreram em grande maioria queda no ano de 2014, com exceção do indicador Incremento de artistas, produtores e técnicos incentivados, com crescimento de apenas um percentual, por exemplo. Todos esses dados devem ser, no entanto, contextualizados e de certa maneira materializados nas ações mais efetivas e direcionadas à população que as instituições como FCPTN, IAP, Fundação Curro Velho, SIM apresentam por meio de editais, prêmios, entre outros.

A FCPTN, por exemplo, abriga dois importantes espaços culturais da cidade, voltados para as artes visuais. Entre eles, o Cine Líbero Luxardo apresenta uma programação alternativa de cinema que atende toda a população do município de Belém por meio de exibição de filmes que fogem do circuito cinematográfico convencional das grandes redes de cinema presentes na cidade. Ainda nesse âmbito, a Galeria Theodoro Braga (inaugurada em 15 de março de 1977 e originalmente localizada nas dependências do Theatro da Paz) apresenta regularmente editais de ocupação para exposições de artes visuais e tem recebido projetos como o Nós de Aruanda – artistas de terreiro, bem como abrigou importantes exposições na década de 1990, como do grupo Caixa de Pandora (Cláudia Leão, Flavya Mutran, Mariano Klautau Filho e Orlando Maneschy).

Outra instituição significativa que até 2014 exerceu influência na produção de artes visuais do estado foi o Instituto de Artes do Pará que por meio da Bolsa de Criação, Experimentação, Pesquisa e Divulgação Artística, que auxiliou na formação e revelação de uma série de importantes artistas visuais locais nos últimos anos, tais como Flavya Mutran, Luciana Magno, Carla Evanovitch, com média entre 15 e 30 artistas contemplados anualmente e bolsas que variaram entre R\$ 15 a R\$ 18 mil reais. Além disso, outra importante ação de incentivo, que teve, no entanto, apenas três edições (2008, 2009 e 2010), foi o Prêmio SIM/SECULT de Artes Visuais, que concedeu valores de até R\$ 9,8 mil para a realização de exposições individuais ou coletivas a partir de pautas do Museu Casa das Onze Janelas (dentre seus espaços o Laboratório das Artes, Sala Valdir Sarubi e Sala Gratuliano Bibas), onde expuseram artistas novos e consagrados como Valzeli Sampaio, Ingrid Táslya e Amanda Jones (*Marca texto urbano*, exibido em 2008) e Carla Evanovitch (*Cidades Vulneráveis*, exibido em 2008). Tanto as bolsas do IAP quanto o Prêmio SIM/Secult de Artes Visuais foram responsáveis, inclusive, por um importante fomento a propostas contemporâneas que utilizam as artes digitais no território paraense.

No ano de 2015 uma reformulação na área da Cultura no Estado do Pará fundiu as instituições culturais locais que tinham certa autonomia em uma única instituição com uma série de unidades, a Fundação Cultural do Pará (FCP). A FCP passou então a ser formada pelos seguintes espaços culturais: Fundação Curro

Velho, Casa da Linguagem, Biblioteca Arthur Viana e Casa das Artes (antigo Instituto de Artes do Pará). As modificações, no entanto, não foram apenas físicas ou de nomenclaturas, já que ações como a Lei Semear de incentivo fiscal e as Bolsas de Pesquisa, Criação, Experimentação e Divulgação Artísticas do IAP foram reformuladas para darem lugar ao SEIVA – Programa de Incentivo à Arte e Cultura. A partir do ano de 2015, o SEIVA foi concebido em três diferentes vertentes de atuação:

1. Incentivo direto: concessão de prêmios, editais e apoio a manifestações culturais tradicionais, em que, no que se refere às artes visuais, encontramos os editais de Prêmio de Experimentação, Pesquisa e Divulgação Artística; Prêmio Produção e Difusão Artística; Prêmio Manifestações Culturais e Prêmio Expressões Artísticas;
2. Legislação de Incentivo / SEMEAR: similar à Lei Municipal Tó Teixeira, trabalha mediante renúncia fiscal do estado em relação ao setor privado para o incentivo a projetos culturais por meio de patrocínios;
3. Financiamento/ Cred Cidadão: financiamento de empreendimentos culturais por meio do CRED CIDADÃO com capital de giro (aquisição de mercadorias, matérias-primas e serviços), capital fixo (aquisição de ferramentas, máquinas, equipamentos, e conserto ou reformas desses e de empreendimentos) e capital misto. A linha de crédito especial para a cultura, no entanto, ainda não consta no *website* do CRED CIDADÃO Pará, que se limita a “Batedores de açai”, “Mototaxistas” e “Belo Monte”. Desse modo, não encontramos, até o fechamento desta pesquisa, empreendimentos culturais que tenham sido efetivamente beneficiados por essa iniciativa.

Os prêmios e editais continuam sendo, portanto, a grande iniciativa de fomento à produção de artes visuais do governo estadual. No edital Prêmio Manifestações Culturais vemos, por exemplo, um total de oito mestres populares contemplados na categoria artesanato. O edital Prêmio de Experimentação, Pesquisa e Divulgação Artística, já possui uma categoria específica de “Linguagem Visual”, na qual foram contemplados nesse ano nove projetos de artistas jovens e

consagrados, como Alexandre Sequeira, Luana Peixoto, Elaine Arruda e Armando Sobral. Já o Prêmio Expressões Artísticas, voltado para jovens artistas e inspirado no Prêmio Cobra Criada da Fundação Curro Velho, contemplou 15 artistas que participaram de uma exposição coletiva realizada em novembro de 2016 na Galeria Theodoro Braga.

Como verificado, as ações do governo estadual de incentivo a cultura são muito mais complexas e numerosas que as municipais e passaram por uma série de modificações ao longo dos últimos anos, mas, como já citado anteriormente, não perderam sua principal característica, a da disponibilização de bolsas, prêmios e editais, além da Lei Semear, como principal eixo de atuação na promoção à cultura, especificamente as artes visuais, no estado do Pará. Logo abaixo apresentamos um quadro com algumas das ações realizadas no âmbito estadual e seus resultados quantitativos.

Quadro 02: Ações públicas de promoção às artes visuais no Pará (2007 a 2016)

AÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	Nº DE CONTEMPLADOS / PÚBLICO ATENDIDO
Prêmio de Experimentação, Pesquisa e Divulgação Artística (Categoria Linguagem Visual)	Fundação Cultural do Pará	2016	09
Prêmio Expressões Artísticas	Fundação Cultural do Pará	2016	15
Lei Tó Teixeira	Fundação Cultural de Belém / Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer	2016	10
Formação de artistas	Fundação Carlos Gomes	2012	97
Incremento de atividades de educação não-formal	Governo do Estado do Pará	2012	28.301
Incremento de pessoas atendidas em eventos culturais da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves	Governo do Estado do Pará	2012	150.945
Aperfeiçoamento de artistas	Governo do Estado do Pará	2011	1.229
Pará Sustentável (capacitação de profissionais)	Governo do Estado do	2011	276

	Pará		
Implementação de ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento do artista	Governo do Estado do Pará	2007	42

Fonte: Elaborado pelos autores

Já no que concerne à atuação do poder público federal, as iniciativas que encontram uma disseminação mais continuada na comunidade são em grande parte relacionadas às ações desenvolvidas no campo da Cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Em primeiro lugar, a universidade oferece cursos de formação em nível tecnológico (Tecnólogo em Multimídia) e graduação (Bacharelado e Licenciatura em Artes Visuais; Bacharelado em Cinema e Audiovisual; Bacharelado em Museologia) na Faculdade de Artes Visuais (FAV), cada um com entrada de 30 a 40 estudantes anualmente (o número de vagas teve um acréscimo após a instauração das políticas do REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado em Artes) no Instituto de Ciências da Arte (ICA), implantados em 2009 e 2016 respectivamente. Outras duas unidades da UFPA são importantes nesse contexto, a Pró-reitoria de Extensão e a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por promoverem ações que tem sido mantidas anualmente na última década a partir de editais e prêmios realizados com instituições parceiras

Na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), duas subunidades se destacam nesse papel, a Diretoria de Apoio a Programas e Projetos e a Diretoria de Apoio Cultural. A primeira é responsável pela organização dos programas e projetos que são contemplados anualmente a partir de edital. No Instituto de Ciências da Arte (ICA), segundo relatórios oficiais de avaliação anual da PROEX, nos últimos dez anos, um total de 166 projetos e 39 programas foram contemplados no Programa de Bolsas de Extensão (PIBEX), cada um recebendo pelo menos uma bolsa de extensão concedida a estudantes de graduação da UFPA e atingindo um público de aproximadamente 86.993 pessoas nessa década. Os relatórios não delimitam, no

entanto, quantos projetos foram direcionados para as artes visuais, o que pode incluir programas e projetos na área de artes visuais, música, teatro e dança.

Dentre essas ações destacamos o Programa Arte na Escola e suas sedes de Belém e Marabá (Universidade do Sul e Sudoeste do Pará), presente na universidade desde o ano de 1995 e integrante de uma rede de pólos localizados por todo o Brasil e interligados ao Instituto Arte na Escola, sediado em São Paulo. Além disso, o Programa Processos Artísticos e Curatoriais, coordenado por Orlando Maneschy, obteve êxito nos últimos anos na formação de jovens artistas e organização de publicações, seminários e exposições na cidade de Belém. Programas de abordagem mais geral também foram importantes nesta última década, como o Multicampiartes (iniciado em 2007 e atuante também no interior do estado), o “Arte por toda parte” e Cine Mais Cultura. No que se refere à Diretoria de Apoio Cultural (DAC-PROEX) o Prêmio PROEX de Arte e Cultura aparece como uma das ações contínuas e de maior fomento à produção e formação nas artes visuais. Em quatro edições (2010, 2011, 2013, 2015) foram concedidos 43 prêmios nas categorias Artes Visuais, Audiovisual e Formação em artes, que resultaram em eventos culturais (exposições, seminários e festivais) ou produtos audiovisuais.

Ainda na Universidade Federal do Pará, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP) tem papel fundamental na consolidação de projetos, grupos de pesquisa e concessão de bolsas estudantis. Destacamos a partir do ano de 2005 a consolidação de 13 grupos de pesquisa em artes visuais e seus cruzamentos com outras áreas de conhecimento, registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A PROPESP é ainda a responsável pelo lançamento anual dos editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que em parceria com o CNPq e a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) concede bolsas de pesquisa para estudantes de graduação atuarem junto aos projetos dos professores da universidade. Entre 2007 (ano em que o primeiro estudante da Faculdade de Artes Visuais apresentou um trabalho no Seminário de Iniciação Científica da UFPA) e 2016 um número de 32 bolsas foram concedidas para a área de artes visuais, com enfoque nas subáreas de Fundamentos e crítica das artes, Teoria da Arte, Artes do Vídeo e Artes Plásticas, envolvendo pesquisas

que em sua grande maioria versavam sobre a produção de artes visuais no estado do Pará desde a década de 1970 até a década de 2010. Abaixo apresentamos quadro com resumo dos resultados quantitativos das ações realizadas nos últimos anos.

Quadro 03: Ações de fomento ao ensino, pesquisa e extensão na esfera federal (2007 a 2016)

AÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	Quantidade / Contemplados
Implementação de Grupos de Pesquisa	Instituto de Ciências da Arte - Universidade Federal do Pará	2007-2015	13
Projetos de extensão universitária	Pró-reitoria de Extensão - Universidade Federal do Pará	2007-2015	166
Programas de extensão universitária	Pró-reitoria de Extensão / Universidade Federal do Pará	2007-2015	39
Prêmio PROEX de Arte e Cultura	Diretoria de Apoio Cultural - Pró-reitoria de Extensão - Universidade Federal do Pará	2010-2015	43
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - UFPA / FAPESPA / CNPQ	2007-2016	32

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para além dos órgãos municipais, estaduais e federais, algumas outras instituições trabalham para o fomento e difusão da produção de artes visuais na região, e embora não sejam de natureza pública lançam ações que são de interesse ampliado e atingem um público considerável. Entre elas podemos citar a Associação Fotoativa que, fundada em 1984 por Miguel Chikaoka, tem fomentado principalmente a produção fotográfica na cidade, e tornou Belém um dos maiores polos nacionais de fotografia, por onde passaram artistas como Luciana Magno, Orlando Maneschy, Jorane Castro, Mariano Klautau Filho, Cláudia Leão, Valzeli Sampaio, entre outros. A associação Fotoativa realiza ações de pesquisa, produção e formação como o Colóquio de Fotografia e Imagem, os Fotovarais, o Pinhole Day e o Café Fotográfico, além de uma série de cursos regulares, dentre os quais se destaca o já tradicional Photomorphosis, ministrado por Miguel Chikaoka.

A Universidade da Amazônia, instituição de ensino privada, também colabora decisivamente para o desenvolvimento das artes visuais no estado, principalmente a partir do curso de graduação hoje denominado Artes Visuais e Tecnologia da Imagem, o extinto Salão Unama de Pequenos formatos e as pesquisas desenvolvidas na universidade, como as do grupo de pesquisa Arte Contemporânea na Amazônia: fluxos, redes e cartografias, liderado pela Dra. Marisa Mokarzel (12 pesquisadores e 17 estudantes).

Outra importante instituição que entrou em funcionamento no ano de 2010 em Belém foi o SESC Boulevard, que nos últimos anos promoveu ações contínuas de formação nas artes visuais por meio de palestras, cursos e seminários e realizou três edições (2009, 2010 e 2013) do Salão SESC Universitário de Arte Contemporânea. No âmbito dos salões e editais quatro instituições devem ser citadas: o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos, que a 25 anos ininterruptos promove o Salão Primeiros Passos CCBEU, uma plataforma de lançamento de jovens artistas locais; a Fundação Rômulo Maiorana, responsável pelo Salão Arte Pará, maior salão de artes do norte e nordeste e que chega no ano de 2016 a sua 35ª edição sem interrupções; o Banco da Amazônia, que lança todos os anos um edital de ocupação do Espaço Cultural Banco da Amazônia, concedendo valores em dinheiro (máximo R\$ 25.000,00) para a realização de projetos de artes visuais e a Rede Brasil Amazônia de Comunicação, especificamente o jornal Diário do Pará, que realizou na cidade sete edições do Prêmio Diário Contemporâneo de Fotografia, com curadoria geral de Mariano Klautau Filho.

4. Considerações finais

A partir do que foi apresentado, podemos afirmar que as políticas culturais no Brasil são, em sua maioria, de difusão da cultura consagrada em detrimento das políticas que proporcionem instrumentos para práticas culturais autônomas. Esta tendência também é percebida no Estado do Pará, objeto desse estudo, local onde embora haja uma cultura popular muito rica e diversa, o fomento é predominantemente de difusão da cultura consagrada.

As iniciativas mapeadas para a produção e formação em artes visuais podem tanto fomentar a reprodução da cultura hegemônica como incentivar a

produção de referências locais. Da mesma forma, a manutenção de espaços públicos para exposições e festivais de cinema pode servir para a difusão de filmes e exposições internacionais como de produtores e cineastas locais – com filmes que fogem do circuito cinematográfico convencional. Neste caso, esses locais funcionam como uma vitrine para distribuir o conteúdo produzido na região e divulgar a cultura local nacionalmente e internacionalmente.

Já ações como do Museu de Arte de Belém, instituído em 1991, que abriga obras da iconografia paraense e peças de mobiliário brasileiro dos séculos XIX e XX, é um exemplo de prática da exaltação da cultura consagrada, mesmo que o público seja formado pela população das comunidades locais, uma vez que os frequentadores dos museus não atuam como atores do processo sociocultural, mas como receptores de uma cultura já estabelecida. Em contraposição, em programas como o “Pará Sustentável”, há o enfoque em cursos e oficinas para o desenvolvimento autossustentável da produção de bens culturais do Pará, como o artesanato e o design local. Da mesma forma, os prêmios e editais, grandes fontes de fomento à produção de artes visuais podem premiar tanto formas de cultura locais, como produções artísticas que reproduzem a cultura já estabelecida.

É possível identificar três gerações de políticas públicas na área de cultura:

- a) formação de identidade e preservação do patrimônio, que são políticas de identidade nacional e de reconhecimento da diversidade;
- b) intervenção e regulação econômica, que dizem respeito à políticas de proteção à indústria cultural nacional e políticas de economia criativa;
- c) produção e difusão cultural, são as políticas de democratização da cultura e de democracia cultural.

Entre a intervenção estatal e as ações de instituições não-governamentais e privadas várias camadas de atuação se estabelecem. O encontro com os agentes culturais da cidade de Belém mostra que existe uma luta pelo estabelecimento de entendimentos e olhares diferenciados para a região amazônica dadas as devidas especificidades presentes, dentre essas aquela que parece ter sido uma demanda unificada nos estados da região, a questão do “custo amazônico”.

O mapeamento também confirma a tendência de políticas públicas governamentais neoliberais, com o mercado como elemento central e no poder de alocação de recursos do setor privado. Assim, instituições privadas trabalham para o fomento e difusão da produção de artes visuais na região, como o SESC Boulevard, em Belém.

Percebemos, portanto, que ainda há uma lacuna a ser preenchida no que se refere às políticas públicas que fomentem setores específicos, como a cultura afro-brasileira, povos e manifestações tradicionais, além dos movimentos sociais, como a população LGBT e políticas específicas para mulheres, para que esses grupos sejam cada vez mais representados e possam desenvolver-se de forma autônoma e inserida nos processos sócio históricos.

Referências

CALABRE, L. (2009). *Políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

LOWI, Theodore J. (1972). Four systems of policy, politics, and choice. *Public administration review*, v. 32, n. 4, p. 298-310.

MOISÉS, J.A. (2001). “Estrutura institucional do setor cultural no Brasil”. em: MOISÉS, J.A. (Org.), *Cultura e democracia, Cadernos do nosso tempo*. volume I. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Cultura, Ministério da Cultura. p. 13-55.

PARÁ. (2003). *Plano Plurianual 2004-2007*. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Belém: SEPOF.

PARÁ. (2011). *Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011*. Belém: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF.

PARÁ. (2014). *PPA – Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 – Exercício 2015*. Belém: Secretaria Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF.

PARÁ. (2013a). *PPA – Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 – Exercício 2012*. Volume II. Belém: Secretaria Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF.

PARÁ. (2013b) *PPA – Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 – Exercício 2012*. Volume I. Belém: Secretaria Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF. Por favor, diferenciar no texto os dois documentos

RUBIM, A. A. C. (2007). Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*. v. 7, n. 13, p. 101-112.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1989). *Os direitos humanos na pós-modernidade*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

SOUZA, Celina. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20-45.

SARAVIA, Enrique. (2006). “Introdução à teoria da política pública”. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas – coletânea*. Vol. 01. Brasília: ENAP.

WILSON, James Q. (1989). *Bureaucracy: What government agencies do and why they do it*. United States: Basic Books.